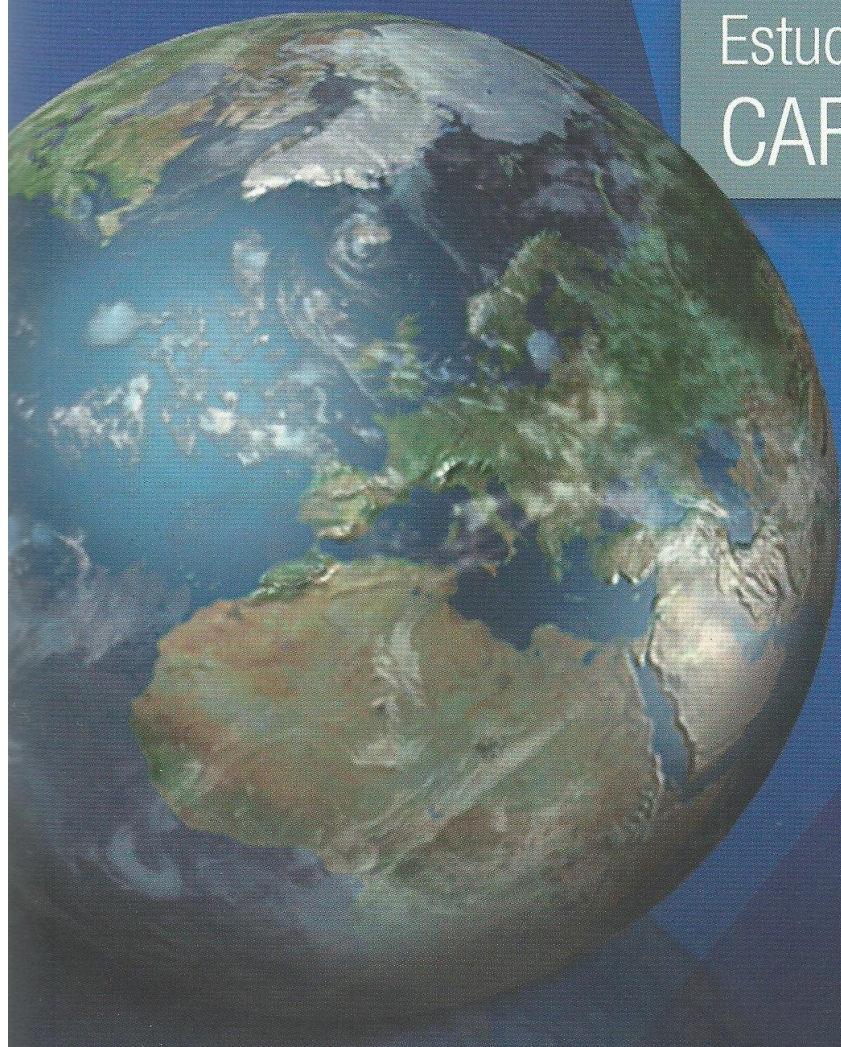


HISTÓRIA, PENSAMENTO E CULTURA

Estudos em Homenagem a
CARLOS CORDEIRO

Manuel Sílvio Alves Conde
Susana Serpa Silva
(Coordenação)



FICHA TÉCNICA

- Título** **HISTÓRIA, PENSAMENTO E CULTURA**
Estudos em Homenagem a Carlos Cordeiro
- Coordenação** Manuel Sílvio Alves Conde
Susana Serpa Silva
- Organização** Área de História – Departamento de História,
Filosofia e Ciências Sociais – Universidade dos Açores
- Autores** Vários
- Capa** Nova Gráfica, Lda.
Sandra Fagundo
- Edição** Manuel Sílvio Alves Conde
Susana Serpa Silva
- Depósito Legal** 406010/16
- ISBN** 978-989-20-6459-8
- Data de Saída** 1ª edição, março de 2016
- Tiragem** 500 exemplares
- Execução Gráfica** Nova Gráfica, Lda.
Rua da Encarnação, 21 – Pastinhos, Fajã de Baixo
9500-513 Ponta Delgada
S. Miguel – Açores

Apoios



Governo dos Açores
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia



Os coordenadores não cumprem as determinações do novo Acordo Ortográfico.
O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos seus autores.

É proibida a reprodução, total ou parcial, do conteúdo sem prévia autorização do editor.

Índice

APRESENTAÇÃO.....	7
TÁBULA GRATULATÓRIA.....	9
NÓTULA BIOGRÁFICA.....	11
BIBLIOGRAFIA.....	15

PARTE INTRODUTÓRIA

DE CARLOS CORDEIRO E DA SUA GERAÇÃO.....	27
<i>Vamberto Freitas</i>	

PARTE I HISTÓRIA POLÍTICA: PORTUGAL ENTRE A 1ª REPÚBLICA E O ESTADO NOVO

O ANTICLERICALISMO NA I REPÚBLICA: ASPECTOS DA VIVÊNCIA AÇORIANA (1911-1919).....	35
<i>Carmen Ponte</i>	
ILUSÕES E MITOS SOBRE O CEP E A BELIGERÂNCIA PORTUGUESA..	49
<i>António José Telo</i>	
O MOVIMENTO CÍVICO PRÓ-COLÓNIAS E A PROPAGANDA COLONIAL NO FINAL DA DITADURA MILITAR.....	101
<i>José Luís Lima Garcia</i>	
CABO VERDE NO I CONGRESSO PORTUGUÊS DE ANTROPOLOGIA COLONIAL (1934).....	121
<i>Sérgio Neto</i>	
CARNEIRO PACHECO, O ESTADO CORPORATIVO E A UNIÃO NACIONAL.....	135
<i>Vítor Neto</i>	
SALAZAR Y LA CAMPAÑA CONTRA LA POLÍTICA DE NO INTERVENCIÓN EN LA GUERRA CIVIL ESPAÑOLA (1936-1939)	153
<i>Alberto Pena-Rodríguez</i>	
A COLECTÂNEA “DEZ ANOS DE POLÍTICA EXTERNA” E OS ACONTECIMENTOS DE JUNHO DE 1940 OU MAIS UMA PÁGINA DA HISTÓRIA (RE)ESCRITA PELO ESTADO NOVO	173
<i>Lina Alves Madeira</i>	

A DELEGAÇÃO DA HORTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL PARA A ALEGRIA NO TRABALHO (FNAT)	185
<i>Carlos Lobão</i>	

O “5 DE OUTUBRO” E O “1.º DE DEZEMBRO”: NASCIMENTO, VIDA, MORTE E RESSURREIÇÃO DE DOIS FERIADOS NACIONAIS	209
<i>Lúis Reis Torgal*</i>	

PARTE II AUTONOMIA, REGIONALISMO E QUESTÕES ETNOGRÁFICAS

OS AÇORES E O SEU PAPEL NA HISTÓRIA “CIS-ATLANTIC”: UMA SÍNTESE	229
<i>Susana Goulart Costa</i>	

SUPLEMENTOS CULTURAIS, GEOGRAFIA TEXTUAL E AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO	245
<i>Lusa M. Ponte</i>	

O REGIONALISMO EUROPEU: ACTUALIDADE E PROSPECTIVA	257
<i>Carlos E. Pacheco Amaral</i>	

CULTURA DE PEDRAS: ABRIGOS VERNACULARES ABOBADADOS NO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES	289
<i>Rui de Sousa Martins</i>	

PARTE III INTELECTUAIS PORTUGUESES

CRISE NA EUROPA, ABERTURA AO ATLÂNTICO?.....	311
<i>Maria Manuela Tavares Ribeiro</i>	

CAETANO DE ANDRADE E A JUSTIÇA COMO PRINCÍPIO DA SOCIEDADE LIBERAL.....	321
<i>José Luís Brandão da Luz</i>	

TEÓFILO BRAGA, POLÍTICO (1910-1915).....	351
<i>Ernesto Castro Leal</i>	

VITORINO NEMÉSIO: PARA UM PENSAMENTO INSULAR ATLÂNTICO	369
<i>Urbano Bettencourt</i>	

PARTE IV TEMAS PEDAGÓGICOS

VIEIRA NUMA SELECTA ESCOLAR OITOCENTISTA.....	383
<i>Nelson Veríssimo</i>	
O POSITIVISMO EVOLUCIONISTA DE HERBERT SPENCER NA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS ÀS PROPOSTAS DE JOSÉ AUGUSTO COELHO.....	393
<i>António Gomes Ferreira e Luís Mota</i>	
ANTÓNIO DA COSTA E A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO NACIONAL (1868-1871)	419
<i>Júlio Rodrigues da Silva</i>	

PARTE V VOZES E CORPOS FEMININOS

ENTRE O SILÊNCIO E O CLAMOR E O SILÊNCIO, AINDA (PERSPETIVAS CONTEMPORÂNEAS DAS PALAVRAS E DOS CORPOS DAS MULHERES)	441
<i>Cláudia Ferreira</i>	
AÇORIANOS NA GUERRA DO ULTRAMAR: MEMÓRIAS NO FEMININO.....	457
<i>Susana Serpa Silva</i>	

PARTE VI TEORIA DA HISTÓRIA; HISTORIOGRAFIA

O AMOR E A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO	499
<i>Maria Gabriela Castro</i>	
O DOGMATISMO ESTÉTICO NACIONAL.....	515
<i>Nuno Rosmaninho</i>	
CAUSALIDADE E EXPLICAÇÃO NA HISTÓRIA	537
<i>Rui Sampaio da Silva</i>	
HISTÓRIA E JORNALISMO: A NARRATIVA COMO ÉTICA.....	557
<i>Ana Teresa Peixinho</i>	

CRISE NA EUROPA, ABERTURA AO ATLÂNTICO?

EUROPEAN CRISIS, OPENING TO ATLANTIC?

Maria Manuela Tavares Ribeiro¹

Resumo: A Europa e o Atlântico estão geneticamente ligados. A Europa projeta-se para o Atlântico pela história e pela cultura. Assim, o Atlântico enquanto fronteira marítima, deverá ser um ponto de passagem.

A ligação ao Atlântico alargava os horizontes europeus. É pertinente perguntarmos: “Que país europeu foi só e exclusivamente europeu?”

Abstract: Europe and the Atlantic Ocean are genetically bonded. Europe projects itself towards the Atlantic Ocean through its history and culture. Hence, being a sea border, the Atlantic Ocean should also be a crossing point.

The connection to the Atlantic Ocean broadened the European horizons. One should ask: “Which European country was solely and exclusively European?”

Palavras-Chave: Europa; crise; Oceano Atlântico, Intelectuais Portugueses, Ocidente.

Keywords: Europe; crisis; Atlantic Ocean, Portuguese Intellectuals, the West.

O Oceano Atlântico é, a um tempo, separador pela sua amplitude, mas também traço de união. Assim, a ideia e a imagem de “identidade atlântica”, nascidas no período entre as Duas Guerras. Ela torna-se símbolo de aliança durante a Guerra Fria. Como bem se sabe, já o Mediterrâneo

¹ Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenadora de Investigação do CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX) – Universidade de Coimbra.

A minha Homenagem sentida ao Colega e ao Amigo Carlos Cordeiro, que muito estimula, na sua actividade científica e pedagógica um frutuoso diálogo transatlântico.

tinha desempenhado um papel importante como elo de unificação cultural e identitária.

A Europa e o Atlântico estão geneticamente ligados. A Europa projecta-se para o Atlântico, pela história e pela cultura. Assim, o Atlântico enquanto fronteira marítima, terá que ser um ponto de passagem.

A crise europeia pós-Primeira Guerra Mundial é alvo da análise de vários autores portugueses. De facto, abundam os escritos na perspectiva de descrever uma evidência, de encontrar explicações, de indicar soluções para a crise.

Entre vários autores, optei por considerar apenas alguns deles.

Missão europeia, missão atlântica

O autor da obra *Testamento da Europa*, Eduardo Freitas da Costa (1915-1980), jornalista e ensaísta, apóstolo da causa nacionalista, é um admirador de Salazar. Inscreve nessa obra, de 1942, numa epígrafe as palavras da *Mensagem* de Fernando Pessoa: “A Europa jaz, posta nos cotovelos”. O autor parte da constatação da crise europeia. E diz: “O nosso continente está atravessando uma crise trágica”. “Alguma coisa está morrendo da velha Europa – acrescenta – E um dilúvio purificador, de sacrifícios e de lutas, ameaça submergir tudo. Aqui se dá o começo”². Esse “novo dilúvio”, título do primeiro escrito da obra referida, é a crise europeia que se vivia e explicada por um conjunto de factores que levariam, a seu ver, a uma situação limite: heresias religiosas, desregramentos filosóficos, subversões políticas, inversão de valores. A vida humana ficara esvaziada de uma espiritualidade fundante devida sobretudo à supremacia da “pura materialidade”. A energia criadora fora substituída por uma energia estéril e o humanismo criador fora substituído por um humanismo escravizante. A crise moral vencera e, com ela, a crise social, a crise económica, a crise política. Perante esta conjuntura europeia, pergunta o autor Freitas da Costa: “A nossa posição ante a tragédia?”³. A da Europa? Mas, que Europa? “Que definiremos

² Eduardo Freitas da Costa, *Testamento da Europa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942, p. 7.

³ Eduardo Freitas da Costa, “Europa”, in *ob. cit.*, p.16.

como Europa? Uma unidade geográfica? Talvez. Uma realidade histórica? Possivelmente. Um conceito de civilização? Com certeza.”⁴ A Europa é, em suma, para este autor, um modo de ser. Por isso é preciso, como diz, definir-se, defender-se, renovar-se – são os problemas da Europa”. Que fazer? “Se podemos afirmar com relativa segurança que o limite – ocidente da Europa é o mar Atlântico... poderemos estabelecer Portugal como fronteira ocidental da missão europeia”⁵. Esse imenso e possível oceano – o Atlântico “o mar sem fim é Português”⁶. E continua: “E outra vez conquistemos a distância/ Do mar ou outra, mas que seja nossa”⁷. Assim, Portugal não poderia negar o seu próprio destino. O Velho Continente seria, pois, projectado a partir do mar. Para Portugal, não havia que oscilar entre a Europa e o Atlântico: as duas margens estavam ligadas pela mediação portuguesa. Portugal era, nesta perspectiva, o elo de duas missões: a missão europeia e a missão atlântica. “Ensinando os novos caminhos do Atlântico... ao mesmo tempo – que pelos Pirinéus – mantinha a ligação entre a Europa e o Mundo Novo, a Hispânia – escreve Freitas da Costa – realizou a obra mais notável dos tempos históricos, riscou o traço de união Europa – Mundo. Realizou? E realiza”⁸. Mas Freitas da Costa defende a especificidade portuguesa na Europa. Portugal, sem deixar de ser europeu “não se assemelha – escreve – a nenhuma nação da Europa e só uma nação do mundo se assemelha a Portugal – o Brasil, nação atlântica”⁹.

Quando anuncia a morte da velha Europa, no *Testamento*, o autor acentua veementemente: “Portugal há-de ser uma presença real”. Conclui com laivos de esperança: “Nem tudo, porém, está perdido”¹⁰.

Já em 1923, na obra *Portugal, Terra do Atlântico* (1923), João de Barros (1881-1960), pedagogo, republicano, relevava a ligação anímica

⁴ *Idem, ibidem*, p. 17.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 31.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 7.

⁷ *Idem, ibidem*.

⁸ *Idem, ibidem*, pp. 47-48.

⁹ *Idem*, “Lusitanidade”, in *ob. cit.*, p. 45.

¹⁰ *Idem*, “Testamento da Europa”, in *ob. cit.*, p. 51. Leia-se Isabel Cristina Ferreira Neves Baltazar, *Portugal e a Ideia de Europa. Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, 2007, pp. 343-349 (dissertação de doutoramento).

da pátria – Portugal – ao Atlântico. Como o autor escreve na *Oração à Pátria*, – Portugal tem necessidade vital do Mar – “do Mar que traz consigo o desejo do Mundo”¹¹. João de Barros lembra que é preciso “caminhar para além do solo que vos prende”. Esta visão atlantista projecta-a na ligação filial ao Brasil. Recorde-se, a propósito, a sua obra *Caminho da Atlântida: uma campanha luso-brasileira* editada em 1918. Entendia, assim, que num período de crise, no pós I Guerra Mundial, chegara o momento de recobrar as energias, de estimular o ressurgimento nacional numa continuidade histórica da “civilização lusitana”. Caracterizada esta civilização lusitana pela vocação universalista. Como diz: “assim nos tornámos, e somos, um povo condutor de civilização por todo o vasto mundo”¹².

A História de Portugal, na óptica de João de Barros, deveria ser interpretada a partir dessa vocação universalista, da abertura ao mundo pelo mar, pelo Atlântico. Daí Portugal ser a “atalaia atlântica da Europa”¹³, segundo a sua própria expressão. Mar da energia portuguesa, o Atlântico, sobretudo o Atlântico Sul, que reclama a iniciativa, o esforço, o domínio, a conquista. Barros exorta essa grandeza nacional, e invoca a sua especificidade bem espelhada nesta expressão: “O Atlântico, mar de Portugal, Portugal terra do Atlântico”¹⁴.

Na mesma linha, em 1923, Augusto Casimiro (1889-1967), escritor, militar, dirigente e redactor da revista *Seara Nova* (1961-1967), faz a apologia da terra voltada ao Mar na obra *Portugal Atlântico*.

O mar será, é, uma força motora, uma força atractiva? Recorde-se, a propósito, Jorge Dias (1907-1973), etnólogo, antropólogo, estudioso da cultura, que define bem essa força atractiva do Atlântico: “esse grande mar povoado de tempestades e de mistérios, foi a alma da nação e foi com ele que se escreveu a História de Portugal”¹⁵.

¹¹ João de Barros, *Oração à Pátria*, 2.^a ed., Paris, Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, 1917, p. 23.

¹² João de Barros, *Portugal Terra do Atlântico*, Paris, Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, 1923.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 18.

¹⁴ *Idem, ibidem*. Sobre a criação da revista *Atlantida*, que inicialmente se chamaria *Atlântico* e tinha o “propósito maior de reforçar os laços luso-brasileiros”, veja-se Lucia Maria Paschoal Guimarães, Luís Andrade, Zília Osório de Castro, *Atlantida*, Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2013, 187 p.

¹⁵ Jorge Dias, “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, in *Estudos do Carácter Nacional Português*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1971, p. 15.

Barradas de Carvalho (1920-1980), Professor Universitário na Universidade de Lisboa e de S. Paulo, deixa-nos na sua obra *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?* (1974) uma reflexão sobre o passado histórico português e sobre o posicionamento de Portugal na Europa. O impacto da Europa Comunitária leva-o a problematizar esta questão: “Portugal chegou não a uma, nem a duas, mas a várias encruzilhadas”¹⁶. Assim, para além de “escolher entre duas opções que dizem respeito à sua história, a mais profunda – Portugal terá de escolher entre a Europa e o Atlântico.” E cito Barradas de Carvalho: “Se rumar para a Europa – esta Europa tão do agrado dos tecnocratas – Portugal perderá a independência de novo, chegará a mais curto ou a mais longo prazo à situação de 1580. Na Europa do Mercado Comum e numa futura hipotética Europa política, a economia dos grandes espaços forjará uma Península Ibérica unificada, e seguramente com a capital económica em Madrid, que de capital económica se transformará, a mais curto ou a longo prazo, em capital política. Ora este seria um resultado *contra a natureza*, na medida em que nunca existiu, nem existe, uma unidade de civilização na Península Ibérica”¹⁷.

Joaquim Barradas de Carvalho não deixa de afirmar que esta opção não implica, todavia, exclusividade, podendo Portugal cooperar com a Europa. No entanto, para este autor, a recuperação da genuína alma portuguesa encontrava-a Portugal na relação transatlântica – na relação Portugal-Brasil. A formação de uma Comunidade Luso-Brasileira era, a seu ver, uma frutuosa *ligação filial, quase vital*.

Isto é, uma união histórica, cultural, comunitária. Mas diz mais, essa comunidade poderia, ainda, alargar-se à África. É assim que Barradas de Carvalho diagnostica o seu futuro: “Esta autêntica *Comunidade Luso-Afro-Brasileira* poderá vir a estender-se à África, poderá vir a transformar-se numa Comunidade Luso-Afro-Brasileira... Nela todas as partes se reencontrariam na mais genuína individualidade linguística e civilizacional”¹⁸.

¹⁶ Joaquim Barradas de Carvalho, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974, p. 28.

¹⁷ *Idem, ibidem*.

¹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 78-80; Isabel Cristina Ferreira Neves Baltazar, *ob. cit.*, pp. 373-374.

Porquê esta Comunidade? Como conclui Barradas de Carvalho: É preciso que Portugal regresse à sua essência: “É esta – escreve – a condição para que Portugal volte a ser ele próprio”¹⁹.

O Atlântico aparece, também, como uma opção. Para alguns, mais do que uma escolha, é seguir um destino, consumir uma vocação. A este propósito, lembrem-se as palavras de António Siqueira Freire no seu artigo “Le Portugal, la Méditerranée et l’Atlantique”: “É aceitar uma herança histórica e cultural que confere a Portugal um sentido de universalidade e um espírito de abertura ao mundo e aos outros”²⁰.

A abertura ao Atlântico não implicava estar de costas voltadas à Europa. A ligação ao Atlântico alargava os horizontes europeus. É pertinente perguntar: “Que país europeu foi só e exclusivamente europeu?”²¹

Europa, sinónimo de Ocidente

Num discurso proferido em 25 de Maio de 1944, Salazar considerava que um dos maiores centros da política mundial se situaria no Atlântico, tendo em conta a importância que os Estados Unidos iriam ter na orientação da política internacional. Consolidava uma vez mais esta ideia quando dois anos depois, em Fevereiro de 1946, afirmava: “o centro de gravidade da política europeia, senão da política mundial, deslocou-se mais ainda para o oeste e situou no primeiro plano o Atlântico... Em reconhecê-lo não deixamos de ser europeus; o que damos é mais largo sentido ao Ocidente”²². Esta ideia ganha mais força quando, nesse mesmo ano de 1946, se refere aos Estados Unidos como “admirável pátria norte-americana, que trouxe para a luta, com o seu idealismo e

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 67.

²⁰ António Siqueira Freire, “Le Portugal, la Méditerranée et l’Atlantique”, *Nação e Defesa*, 1982, p. 26.

²¹ Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal entre o passado e o futuro. O reencontro da tradição atlântica*, Madrid, El día después, 1998, p. 279.

²² A. de Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas IV, 1943-1950*, Coimbra, Coimbra Editora, 2.^a ed., 1951, p. 111 (Discurso na Assembleia Nacional de 18 de Maio de 1945). Leia-se Luís Reis Torgal, *Estados Novos. Estado Novo*, cap. V, 2.^a edição revista, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009, pp. 499-564.

bravura, a força decisiva da maior potência industrial, financeira e militar da Terra”²³.

Em face de uma Europa em crise, depois da II Guerra Mundial, Salazar apela para a “salvação europeia”, a seu ver, essa relação transatlântica com a América.

É essa situação – que não era entendida como uma mera crise económica, mas também como uma crise de valores políticos, dado que reapareciam as “velhas” fórmulas democráticas que permitiam a penetração do comunismo no Ocidente – que o leva, em 4 de Abril de 1949, a aceitar a sua integração no Pacto do Atlântico. Estava convencido de que este e a poderosa presença americana poderiam resolver o problema da Europa e do Ocidente, “menos por convicção do que por necessidade”²⁴, como afirma Nuno Severiano Teixeira. Transparece desta ideia a visão triunfal e dramática de Salazar. Lembrem-se as suas palavras: “qual a marcada superioridade do europeu, na tarefa civilizadora, entre todos os povos da Terra. Desta Europa gerada na dor das invasões, sacrificada em guerras intestinas, curtida no trabalho insano, revolvida a cada passo por avalanches de ideias e revoluções que se assemelham a furiosos temporais, descobridora, viageira, missionária, mãe das nações, desta Europa simultaneamente trágica e gloriosa ainda hoje se pode asseverar que mantém o primado da ciência e das artes, utiliza no mais alto grau os segredos da técnica, conserva o instinto de afinar as instituições e de sublimar a cultura e é detentora de incomparável experiência política. Não esqueçamos o que se deve a outros em criação artística, esplendor literário, subtileza de filosofias aqui e além criadas e desenvolvidas; mas só da Europa se pode afirmar que criou, sob inspiração cristã, valores universais, generosamente, gratuitamente, postos ao dispor do Mundo, na sua ânsia de transplantar civilização. Cada um de nós deveria sentir o orgulho de se afirmar europeu.

Seria no entanto desrazoável fechar os olhos à crise da Europa no presente momento; devastada, empobrecida, dividida, moralmente desfeita,

²³ *Idem, ibidem.*

²⁴ Nuno Severiano Teixeira, “Organização do Tratado do Atlântico Norte”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, p. 989.

corroída pelo desânimo, a braços com uma perigosa desorientação mental e o claro declinar das virtudes em que se formou, muitos perguntam se não são estes sintomas da decadência e se esta não será definitiva: *finis Europae*²⁵.

E, como conclusão lógica, adiantava:

“A Europa não pode sem o auxílio americano salvar nesta hora o que resta do seu património moral e da sua liberdade; a América sai contrariada do isolamento, filho da suficiência, para, protegendo-se a si própria, socorrer e apoiar a Europa Ocidental, guarda avançada da sua segurança. Ninguém pode querer nem a morte do velho continente europeu nem a sua abdicação. O problema que está posto é se ele dispõe, com a África, de reservas materiais e morais que lhe permitam recobrar forças para prosseguir o seu papel histórico”²⁶.

Salazar, ao apresentar os Estados Unidos da América como o “salvador do Ocidente”, fê-lo um pouco *contra natura*. Esta afirmação – embora as palavras do Presidente do Conselho, nas suas reticências, já em parte sejam reveladoras – merece uma explicação para se entender o que consideramos verdadeiramente o sentido do Salazarismo em relação à América.

As posições de Salazar nunca são demasiado claras. Ele pesava as palavras e os silêncios. As suas afirmações contra a democracia, contra o liberalismo e contra o capitalismo não deixam dúvidas, é certo, quanto ao seu pensamento relativamente à democracia política. Inclusivamente a democracia americana – que deveria aceitar, na sua consciência de relativismo político (embora tendo presente a esperança no processo evolutivo do mundo para a “terceira via”), como uma realidade que se adequaria à geografia e à história da América – não serviria de exemplo para Portugal. Mas já não aparece expressa, no seu pensamento, qualquer crítica ao próprio sistema americano. Quando muito, surge sim, e de forma crescente, a noção de um mal estar relativamente ao que Salazar entendia como “falta de coerência” dos Estados Unidos no que concerne à política

²⁵ António de Oliveira Salazar, “Portugal no pacto do Atlântico”, discurso proferido na sala de sessões da Assembleia Nacional, em 25 de Julho de 1949, *Discursos*, IV, pp. 419-420.

²⁶ *Idem, ibidem*, pp. 420-421.

africana de Portugal, tendo em conta que considerava a África uma espécie de prolongamento da Europa e do Ocidente.

Se o nacionalismo autárcico do Estado Novo não deixou de ser preservado, no plano da política externa, privilegiar o atlantismo, as relações com o Brasil, com a Espanha, e a defesa do Império Colonial eram incólumes.

Daí ter reafirmado no discurso de 25 de Novembro de 1947 que “os destinos de toda a África são solidários com a Europa do Ocidente”. Mas não deixou Salazar de consolidar o posicionamento de Portugal na conjuntura internacional (NATO e ONU). O que verdadeiramente interessava a Portugal era, para além, do Pacto do Atlântico, Angola, Moçambique, Brasil. E Salazar reafirma: “A nossa feição atlântica impõe-nos, pois, limites à colaboração europeia” (discurso de 1953). A seu ver, e na expectativa de que uma federação europeia se consumasse, havia que construir um grande espaço em que “os laços de Portugal com o Brasil e a Espanha e da Espanha com as repúblicas do centro e do sul da América, de modo que um grande bloco ibero-americano seja, ao lado da Comunidade britânica, e mesmo sem atingir o grau da sua estruturação constitucional, um factor de relevo, pela população, pela riqueza potencial ou existente e pela cultura ocidental”²⁷.

No plano estratégico, e desde a cedência das bases dos Açores aos aliados, o Portugal salazarista inicia uma relação com a América justificada pela ideia euroatlântica do Ocidente, isto é, de uma Europa alargada à América e à África colonial (depois de 1951).

O ideólogo salazarista e historiador do regime, João Ameal preconiza igualmente, como Oliveira Salazar, a edificação da *Nova Europa*, sem comunismo, mas também sem as velhas formas liberais e democráticas. Urgia construir essa *Nova Europa* porque jazia o Velho Continente numa crise política, social, ideológica, mas sobretudo moral e espiritual. Contra as mistificações liberais, a democracia, o parlamentarismo, porque desagregadores do Estado, João Ameal, na sua obra *A Europa e*

²⁷ A. de Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas, IV, 1943-1950, ob. cit.*, p. 64.

os seus *Fantasmas* (1945) denuncia “plutocracia Yankee e a tecnocracia eslava”. Os Estados Unidos, a seu ver, transfiguraram-se numa “estranha e monstruosa babilónia”²⁸.

A Europa estava ameaçada a Oriente e a Ocidente. Assim o explicita: “A avalanche oriental rola de novo sobre ela [a Europa] para a reabsorver; do outro lado, ocorre o jovem poderio americano”²⁹. Mas entre a publicação da referida obra *A Europa e os seus Fantasmas* e a alocução *Ocidente e Portugal* – 1969 – a sua opinião mudava. E considera então que os Estados Unidos eram um sustentáculo necessário da civilização ocidental ameaçada pelo consumismo e pela emergência de novos Estados asiáticos.

A seu ver, como vencer a inaptidão de uma Europa desorientada intelectual e moralmente...? Responde João Ameal: “No momento presente e no futuro próximo a colaboração com os Estados Unidos é, para não dizer a melhor, a única solução que se oferece para a magna dificuldade dos nossos dias” (1953)³⁰.

Assim, concludo, o Portugal salazarista estimula uma relação com os Estados Unidos, justificada pela ideia de Ocidente, de uma Europa alargada à América, e na defesa, repito, da África colonial ou ultramarina.

Como escrevi na Introdução à obra *Mare Oceanus. Atlântico: Espaço de Diálogos*³¹:

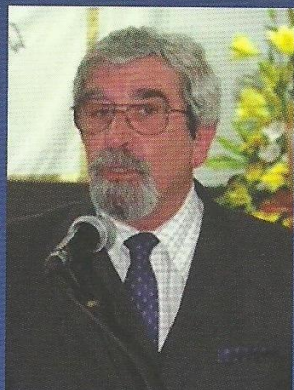
Esta outra margem da Europa – o Atlântico – sugere-nos a indiscutível descontinuidade material que nos conduz a Ocidente, à lonjura incomensurável do Oceano. Oceano que pode ser entendido, mais como articulação, mais como um elo, do que como um limite intransponível.

²⁸ João Ameal, *A Europa e os seus Fantasmas*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1945, p. 146.

²⁹ João Ameal, *ob. cit.*, p. IX. Leia-se Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 499-564.

³⁰ *Idem, ibidem*. Veja-se Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Salazar e la sua ideia d’Europa: anticomunista e antidemocrática”, in *Memoria d’Europa. Riflessioni su dittature, autoritarismo, bonapartismo e svolte democratiche*, a cura di Giuliana Laschi, Milano, Franco Angeli, 2012, pp. 37-52.

³¹ Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.) “Introdução”, in *Mare Oceanus. Atlântico. Espaço de Diálogos*, Coimbra, Almedina/CEIS20, 2007.



CARLOS CORDEIRO

Fundado o Instituto Universitário dos Açores, em 1976, Carlos Cordeiro ingressou no curso de História e Ciências Sociais, integrando o grupo dos primeiros licenciados que vieram a ser formados na então já Universidade dos Açores. Após realização do estágio integrado na Escola Secundária Antero de Quental, entre 1981 e 1986 foi professor de História nas Escolas Secundárias da Lagoa e Domingos Rebelo.

Pelas altas classificações que obteve no decurso da licenciatura, em 1986 recebeu o convite do então director do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Professor Doutor José Enes, para ingressar na Universidade dos Açores como assistente convidado. Em 1990 viria a prestar Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica e em 1998 defendeu a tese de doutoramento em História Contemporânea, intitulada *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo, nos Açores, durante a I República*. Em 2005 concretizou as suas provas públicas de agregação.

Ao longo de 27 anos de carreira, leccionou inúmeras disciplinas no âmbito da História Contemporânea, História dos Açores e Relações Internacionais e colaborou com universidades continentais e estrangeiras. Desempenhou ainda diversos cargos na academia açoriana, entre eles o de director do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais e o de secretário e director do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia (CERIE).

É investigador do CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX), da Universidade de Coimbra e conta com vários livros publicados, a par de inúmeros artigos em dicionários, actas e revistas da especialidade.

APOIOS:



Governo dos Açores
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

